Indústrias Arteb S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

As Indústrias Arteb S.A. submetem à apreciação dos senhores Acionistas o relatório da administração e as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Descrição dos negócios

A Arteb é líder no mercado brasileiro de fabricação de sistemas de iluminação para veículos automotores, atuando nos segmentos de montadoras, exportação as montadoras, reposição local e exportação *aftermarket*. Os principais produtos fabricados pela Companhia são: faróis principais, faróis auxiliares, lanternas dianteiras, lanternas traseiras e *brake-lights*.

Desempenho do setor automobilístico

No ano de 2013 o setor automobilístico produziu 3,71 milhões de unidades, representando um aumento de 9,1% em relação a 2012, quando foram produzidos 3,40 milhões de veículos.

Em relação ao licenciamento total de veículos nacionais, tivemos uma evolução de 1,5% em relação a 2012 (fonte ANFAVEA).

Desempenho do setor de autopeças

O faturamento consolidado do setor em 2013 foi 3,9% maior em comparação a 2012. Por segmento, as vendas para as montadoras tiveram um aumento de 7,2%, no mercado de reposição teve acréscimo de 3,8% e nas exportações apresentou uma queda de 12,0% (fonte Sindipeças).

Desempenho da Companhia

Apesar do aumento (9,1%) na produção de veículos no ano de 2013, a Companhia teve um aumento de 14,5% nas vendas para o mercado interno no segmento montadora, em relação ao ano anterior. Este crescimento foi decorrente da participação da Arteb em novos produtos e nas novas montadoras instaladas no país.

Volume de produção, apenas dos segmentos de Faróis e Lanternas, em milhares:

	2013	**2012**	%
Faróis	3.030	2.863	5,83%
Lanternas	4.532	4.039	12,21%
	7.562	6.902	9,56%

Investimentos em 2013

A Companhia investiu durante o ano de 2013, em ativo imobilizado, o montante de R$ 9,9 milhões, e em projetos e desenvolvimentos R$ 4,3 milhões.

Esses investimentos visam à continuidade da modernização das operações, o aprimoramento da qualidade da produção, bem como ampliação de novos produtos.

Serviços prestados por nossos auditores externos

No exercício de 2013, os auditores independentes que prestam serviços às Indústrias Arteb S.A. não foram contratados para quaisquer serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os nossos clientes, funcionários, fornecedores e instituições financeiras que conosco têm participado e contribuído para que a Indústrias Arteb S.A. seja uma empresa cada vez mais globalizada e pronta para responder aos novos desafios do mercado.

Atenciosamente
A Diretoria.

KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Indústrias Arteb S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Arteb S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Base para opinião com ressalvas
Conforme Nota Explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha registrado no ativo não circulante "Imobilizado", o valor de R$ 114.321 mil (R$ 139.475 mil em 2012), referente a bens destinados a sua atividade operacional. Conforme definido pelos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 1 e nº 27, respectivamente, a Companhia deve se assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações ou em sua eventual venda, bem como depreciar os ativos de acordo com a vida útil estimada do bem. Em virtude da falta de avaliação do valor recuperável e do laudo de avaliação da vida útil dos bens, não foi possível assegurarmos quanto à razoabilidade dos saldos de depreciação registradas no ativo, bem como seus reflexos no resultado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores um plano privado de assistência à saúde, na qual a forma de contratação do referido plano junto à seguradora, prevê a co-participação dos colaboradores mensalmente, independente, da utilização ou não dos serviços médicos. Segundo a Lei Nº 9.656/98, artigo 30, em decorrência de vínculo empregatício, no caso de rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa, é assegurado ao funcionário o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral. Em relação ao artigo 31, da referida Lei, é assegurado ao funcionário aposentado que contribuir com os planos de assistência médica da Companhia, em decorrência do vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de dez anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral. Conforme a referida Lei e com base no CPC 33, a Companhia tem uma obrigação de benefício pós-emprego que não foi estimada pela Administração com base em um cálculo atuarial, consequentemente, não foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, avaliar o potencial impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3p, a Companhia possui participação na Empresa Arteb USA Inc. e, consequentemente, registra equivalência patrimonial sobre a mesma. Porém, pela falta de auditoria das Demonstrações Financeiras da referida empresa, não foi possível, por meio de outros procedimentos de auditoria, concluir sobre potencial impacto nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em virtude dos possíveis efeitos das limitações mencionadas nos parágrafos acima, não foi possível concluir por meio de outros procedimentos de auditoria, se ajustes às rubricas de imposto de renda e contribuição social diferido, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012, seriam ou não necessários.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia corrigiu um erro associado à reavaliação da marca Arteb, conforme descrito na nota explicativa nº 10, no valor de R$ 215.506 mil. O efeito total deste ajuste, devido em anos anteriores, foi registrado no patrimônio líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente, não foram reapresentadas em conformidade com o CPC n° 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência deste erro. Caso a Companhia tivesse registrado os efeitos contábeis decorrentes deste erro de acordo com os requerimentos, os saldos do Intangível e do patrimônio líquido seriam diminuídos em R$ 215.506 mil em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que possam ser identificados como resultado da resolução das limitações de escopo mencionadas do item 1 ao 4 e pelo efeito da ressalva mencionada no item 5 descrito no tópico Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indústrias Arteb S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da Companhia. Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, a Companhia incorreu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em prejuízo no montante de R$ 110.471 mil (R$ 5.311 mil em 2012), apresenta prejuízos acumulados de R$ 590.916 mil (R$ 481.226 mil em 2012) e possui patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto). A continuidade de suas operações e o cumprimento de suas obrigações depende do sucesso dos planos de ação da Administração, descritos na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 4 de julho de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Indústrias Arteb S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.749	1.066	6.250	1.136
Contas a receber de clientes	5	29.467	32.481	29.467	32.481
Estoques	6	31.617	41.349	31.617	41.349
Impostos a recuperar	7	6.367	14.880	6.388	15.224
Conta corrente - Parte relacionada	18	17	12	17	12
Outros créditos		3.488	7.772	3.575	7.773
Despesas antecipadas		590	289	1.365	307
Total do ativo circulante		77.295	97.849	78.679	98.282
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais		2.645	878	2.645	893
Impostos a recuperar	7	1.529	2.277	1.529	2.277
Conta corrente - Parte relacionada	18	28.590	37.182	27.781	38.972
Outros créditos		-	-	-	-
Investimentos	8	50.158	20.186	46.447	15.261
Imobilizado	9	114.321	139.475	114.321	139.475
Intangível	10	26.484	248.166	26.484	248.166
Total do ativo não circulante		223.727	448.164	219.207	445.044
Total do ativo		301.022	546.013	297.886	543.326

	Nota	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	11	43.921	50.878	43.921	50.886
Comissões a pagar - Parte relacionada	18	325	322	-	15
Empréstimos e financiamentos	12	127.751	123.700	127.751	123.700
Salários e ordenados		2.484	2.115	2.484	2.115
Encargos sociais a recolher	13	19.794	29.371	19.794	29.371
Impostos, taxas e contribuições a recolher	14	8.485	41.139	8.485	41.139
Impostos parcelados	15	36.293	21.561	36.293	21.561
Adiantamentos de clientes	16	15.873	13.404	15.873	13.404
Provisão para férias e encargos		11.301	10.314	11.301	10.314
Provisão para participação nos resultados		3.042	2.186	3.042	2.186
Outras provisões		2.880	1.030	2.880	1.063
Outros débitos		7.159	11.942	7.230	11.950
Total do passivo circulante		279.308	307.962	279.054	307.704
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	12	59.385	31.561	59.385	31.561
Impostos parcelados	15	197.945	144.674	197.945	144.674
Conta corrente - Parte relacionada	18	30.390	18.849	27.508	16.383
Provisão para contingências	17	79.672	63.081	79.672	63.081
Outros débitos		47	47	47	84
Total do passivo não circulante		367.439	258.212	364.557	255.783
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital	20	239.909	239.909	239.909	239.909
Reserva de capital		881	881	881	881
Reserva de reavaliação		3.473	4.254	3.473	4.254
Ajuste de avaliação patrimonial	20	-	215.506	-	215.506
Ajustes acumulados de conversão		928	515	928	515
Prejuízos acumulados		(590.916)	(481.226)	(590.916)	(481.226)
Total do patrimônio líquido		(345.725)	(20.161)	(345.725)	(20.161)
Total do passivo		301.022	546.013	297.886	543.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústrias Arteb S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares Reais, exceto lucro por ações)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2.013**	**2.012**	**2.013**	**2.012**
Receita operacional líquida	21	343.833	304.712	343.833	304.712
Custo dos produtos vendidos	22	(324.671)	(272.036)	(324.671)	(272.036)
Lucro bruto		19.162	32.676	19.162	32.676
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	23	(32.328)	(33.486)	(32.377)	(33.524)
Despesas com vendas	24	(9.222)	(8.850)	(9.222)	(8.850)
Programa da participação dos empregados nos resultados		(10.393)	(7.673)	(10.393)	(7.673)
Amortização de projetos		(5.513)	(5.824)	(5.513)	(5.824)
Honorários da administração		(2.571)	(2.837)	(2.571)	(2.837)
Equivalência patrimonial	8	(41.011)	37	(41.011)	(24)
Outras (despesas) receitas operacionais	25	41.981	39.351	41.981	39.351
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas		(39.895)	13.394	(39.944)	13.295
Resultado financeiro	26	(70.576)	(18.705)	(70.527)	(18.596)
Resultado antes dos impostos		(110.471)	(5.311)	(110.471)	(5.301)
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	-	(10)
Resultado do exercício		(110.471)	(5.311)	(110.471)	(5.311)
Resultado do exercício por ação - R$		(2)	(0)		
Quantidade de ações no final do exercício		51.390.057	51.390.057		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústrias Arteb S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado	
	2013	**2012**
Resultado do período	(110.471)	(5.311)
Outros resultados abrangentes	413	230
Resultado abrangente total	(110.058)	(5.081)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústrias Arteb S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1o. de janeiro de 2012	239.909	881	5.065	215.506	285	(476.726)	(15.080)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(811)	-	-	811	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	230	-	230
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(5.311)	(5.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	239.909	881	4.254	215.506	515	(481.226)	(20.161)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(781)	-	-	781	-
Reversão do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(215.506)	-	-	(215.506)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	413	-	413
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(110.471)	(110.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	239.909	881	3.473	-	928	(590.916)	(345.725)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústrias Arteb S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos	(110.471)	(5.311)	(110.471)	(5.311)
Ajustes para:				
Depreciações do imobilizado	11.861	10.198	11.861	10.198
Amortizações do intangível	6.142	6.663	6.142	6.667
Equivalência patrimonial	41.011	(37)	41.078	14
Ajustes acumulados de conversão	-	-	413	230
Variação cambial / monetária líquida	4.313	2.292	4.313	2.292
Juros sobre empréstimos e financiamentos	30.942	8.654	30.942	8.654
Juros sobre impostos parcelados	8.900	9.352	8.900	9.352
Juros provisionados sobre impostos e contribuições	12.747	2.499	12.747	2.499
Juros provisionados sobre encargos sociais	3.206	2.073	3.206	2.073
Juros provisionados sobre contingências	6.595	6.755	6.595	6.755
Baixa de investimentos	-	28.920	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	23.290	12.407	23.290	12.407
Valor residual do ativo intangível baixado	4.383	1.192	4.383	1.192
Provisão para contingências	9.996	(29.921)	9.996	(29.921)
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	(1.098)	-	(1.098)
Provisão para perda dos estoques	-	167	-	167
Outras provisões	3.693	2.549	3.660	2.549
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	3.014	(2.384)	3.014	(2.384)
Conta corrente - Parte relacionada	8.587	(36.091)	11.186	(36.423)
Estoques	9.732	(8.101)	9.732	21.628
Outros créditos	4.284	(5.405)	4.198	(5.406)
Despesas antecipadas	(301)	121	(1.058)	103
Depositos judiciais	(1.767)	(317)	(1.752)	(314)
Impostos a recuperar	9.261	(13.642)	9.584	(13.619)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(6.957)	27.712	(6.965)	27.719
Conta corrente e comissões a pagar - Parte relacionada	11.544	14.626	11.110	13.584
Salários e ordenados	369	866	369	866
Encargos sociais a recolher	(12.783)	1.745	(12.783)	1.745
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(45.401)	(2.619)	(45.401)	(2.619)
Impostos parcelados	59.103	(22.652)	59.103	(22.652)
Adiantamentos de clientes	2.469	(4.422)	2.469	(4.422)
Outros débitos	(4.783)	5.707	(4.757)	5.715
Caixa gerado das atividades operacionais	92.979	12.498	95.104	12.240
Fluxos de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de investimento	(70.570)	(406)	(72.264)	(406)
Adições ao imobilizado	(9.997)	(38.348)	(9.997)	(38.348)
Adições ao intangível	(4.349)	(7.784)	(4.349)	(7.784)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(84.916)	(46.538)	(86.610)	(46.538)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Ingressos de financiamentos	51.210	56.670	51.210	56.670
Amortizações de financiamentos - Capital de giro	(40.990)	(23.884)	(40.990)	(23.884)
Amortizações de juros sobre financiamentos - Capital de giro	(13.600)	(3.447)	(13.600)	(3.447)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	(3.380)	29.339	(3.380)	29.339
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.683	(4.701)	5.114	(4.959)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.066	5.767	1.136	6.095
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.749	1.066	6.250	1.136
	4.683	(4.701)	5.114	(4.959)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

As Indústrias Arteb S.A. tem como atividade preponderante a industrialização, o comércio, a importação, a exportação de sistemas de iluminação para veículos automotores (Faróis principais, faróis auxiliares e lanternas).

A Companhia mantém a posição de maior fabricante de sistemas de iluminação automotiva da América Latina, produzindo componentes para quase todo o parque automotivo do Brasil e para os principais países latinos americanos.

Os principais segmentos de mercado atendidos pela Companhia são:

- OEM (Vendas para montadoras) e P&A (Reposição para montadoras)
- Exportação OEM

A Companhia vem realizando ações para o realinhamento dos seus indicadores financeiros. O endividamento se deve ao fato da Companhia ter investido fortemente na modernização e ampliação de sua planta no período de 1996 a 1998, com a expectativa de que fossem produzidos cerca de 2,5 milhões de veículos/ano a partir de 1999. Com a maxidesvalorização do Real que ocorreu em 1999, o volume de produção ficou muito aquém do previsto, atingindo 2 milhões de produção somente no ano de 2005. Com este cenário macroeconômico, a Companhia não teve como cumprir seus compromissos, sendo obrigada a iniciar um processo de renegociação das dívidas.

A Administração da Companhia, apoiada por seus acionistas, encontra-se em um processo de renegociação dos passivos. O objetivo da renegociação é a redução da dívida, bem como negociação do re-parcelamento, redução de taxa de juros e alongamento do prazo para pagamento.

Em relação aos tributos e contribuições sociais em atraso, a Companhia homologou em 30 de novembro de 2009 seu pedido de adesão ao REFIS IV, instituído pela Lei 11.941/09 (conversão da MP 449/08). Maiores detalhes sobre os débitos consolidados neste parcelamento estão descritos na nota explicativa n° 15.

Perspectivas 2014

Desde o último trimestre de 2013, com a mudança do processo de gestão implementada pelo acionista majoritário, iniciamos a fase de “reconstrução” da Companhia, focada fundamentalmente na recuperação de sua margem operacional e, por via de conseqüência, de sua liquidez.

A recuperação da margem indicava dois planos distintos, mas complementares, de ação: negociação com os principais clientes, do preço de cada produto do portfólio (negociação suportada pelo “break-down” do custo do produto e do preço então praticado) e obtenção de realinhamento de preços que permitisse a obtenção de margens mínimas de comercialização. Paralelamente, a área industrial iniciou um trabalho de revisão dos processos de produção, tendo como objetivo principal ganhos de produtividade por melhor utilização da capacidade produtiva, redução dos custos de materiais e componentes e utilização otimizada de mão de obra.

Os resultados desse trabalho já ficam evidentes ao analisar-se o plano operacional do ano de 2014. Baseado em dados reais até o mês de abril e projetando-se os dados conhecidos de preços, custos e volumes até o final do período têm-se como resultado:

- Vendas Brutas: crescimento de 5,6% em relação ano anterior;
- Vendas Líquidas: crescimento de 9,7% em relação ano anterior;
- Margem bruta 16,05% sobre venda líquida (6% no ano anterior)

Esse resultado torna-se ainda mais expressivo em um ano em que as vendas do setor devem ter queda de aproximadamente de 6%, interrompendo o ciclo de crescimento constante dos últimos anos.

Baseado na estrutura operacional acima mencionada e na posição estratégica que a companhia ocupa no segmento automotivo é de se esperar que com os resultados da reestruturação da Companhia em 2014, ela volte a sua absoluta normalidade, entregando a seus acionistas e seus parceiros comerciais o que dela se espera.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 03 de julho de 2014.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Compamhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota nº 5 - Contas a receber de clientes
- Nota nº 6 - Provisão para perda dos estoques
- Nota nº 9 - Depreciação
- Nota nº 17 - Provisão para contingências
- Nota nº 29 - Utilização dos prejuízos fiscais.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, aonde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(v) Controladas da Companhia

As informações consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual nas datas dos balanços é assim resumida:

	Participação no capital %	
	2013	**2012**
Arteb USA Inc.	100	100
Arteb Shanghai Co. Ltd.	100	-

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

c. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como valor justo através do resultado compreendem basicamente as aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2013 e 2012.

d. Receita operacional

Venda de mercadorias

A receita operacional de venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de beneficiamento e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessária.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes
O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação
A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Intangível
Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

g. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos do imobilizado e o intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

h. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

j. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de variação cambial sobre empréstimos e financiamentos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30 % do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Devido à ausência de perspectivas de geração futura de lucro tributável, a Empresa optou por não reconhecer os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis.
A Companhia revisa, a cada data de relatório, tais perspectivas de geração de lucro tributável e ativos de imposto de renda e contribuição social diferido serão reconhecidos na medida em que sua realização seja provável.

m. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de máquinas e equipamentos importados, com base em laudos de avaliação elaborados por peritos avaliadores independentes. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados em contrapartida da conta de prejuízos acumulados.

Decorrente das alterações promovidas pela Lei 11.638 de 2007, que extinguiu a possibilidade de reavaliação do ativo imobilizado, a partir de 01 de janeiro de 2008. A Companhia, com base em permissão concedida pela Instrução Normativa nº 469 de 2008, optou pela manutenção do saldo da reavaliação constituída até 31 de dezembro de 2007, a qual será realizada, em sua totalidade, com base na depreciação ou alienação dos bens reavaliados.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto e CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

O CPC 36(R2) introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deveria ser consolidado. Em decorrência disso, o Grupo talvez mude a sua conclusão de consolidação em relação a investidas, que pode gerar mudanças na forma atual de contabilização de tais investidas (veja nota 3 p).

De acordo com o CPC 19(R2), a estrutura de um negócio em conjunto, embora ainda seja uma consideração importante, não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio em conjunto e, conseqüentemente, da contabilização subseqüente.

A participação do Grupo em uma operação em conjunto, que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, será contabilizada com base na participação do Grupo sobre esses ativos e passivos.

A participação do Grupo em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture), que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos líquidos, será registrado por equivalência patrimonial.

O Grupo pode necessitar reclassificar seus negócios em conjunto, o que pode gerar mudanças na contabilização atual destas participações (veja nota 3 p).

O CPC 45 consolida em uma única norma todos os requerimentos de divulgação sobre a participação de uma entidade em controlada, negócios em conjunto, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas. O Grupo está atualmente avaliando os requerimentos de divulgação nas suas subsidiárias, participações em negócios em conjunto e coligadas e entidades estruturadas não consolidadas em comparação com as divulgações existentes. O CPC 45 requer a divulgação da informação sobre a natureza, riscos e efeitos financeiros dessas participações.

Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

4 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Caixa	4	4	4	4
Banco conta movimento	323	1.062	824	1.132
Aplicações financeiras	5.422	-	5.422	-
	5.749	1.066	6.250	1.136

A Companhia mantém aplicação financeira de renda fixa com bancos de primeira linha, com rentabilidade de 15% da taxa CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 26.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora e consolidado	
	2013	**2012**
Contas a receber - mercado interno	19.816	18.151
Contas a receber - mercado externo	764	1.017
Contas a receber - Partes relacionadas	8.887	13.966
PCLD - Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	(84)
Duplicatas Descontadas	-	(569)
	29.467	32.481

O critério para constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa considera uma análise individual dos títulos vencidos. A provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização das contas a receber de clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na nota explicativa 26.

Movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	**31/12/2012**
Saldo inicial	84	1.182
Contituição provisão	478	-
Baixas	(562)	(1.098)
Saldo final	-	84

As baixas demonstradas acima foram originadas do reconhecimento de perdas no período. As duplicatas a receber de clientes no país apresentam a seguinte classificação por vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	**31/12/2012**
A vencer	15.255	16.079
Vencidos:		
Até 30 dias	4.211	2.938
De 31 a 60 dias	2.397	2.487
De 61 a 90 dias	3.528	1.852
De 91 a 120 dias	639	1.040
De 121 a 180 dias	769	2.166
Mais de 180 dias	2.944	6.820
Total	29.743	33.382

6 Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2013	**2012**
Circulante		
Produtos acabados	2.001	2.359
Produtos em elaboração	3.359	3.599
Matérias-primas	1.246	2.071
Materiais secundários	5.452	6.016
Materiais de embalagens	292	413
Materiais auxiliares e de manutenção	1.689	1.336
Ferramental para venda	8.755	17.576
Estoques em poder de terceiros	585	803
Adiantamentos a fornecedores - No país	2.614	500
Adiantamentos a fornecedores - No exterior	5.231	4.876
Adiantamentos a fornecedores - Partes relacionadas	393	1.800
	31.617	41.349

A rubrica “Ferramental para venda” registrada no valor de R$ 8.755 (R$ 17.576 em 2012), é composta do custo de construção de ferramentas que serão utilizadas na fabricação de novos produtos (faróis e lanternas), para atender aos novos projetos de veículos desenvolvidos por determinadas montadoras. Após desenvolvimento, estas ferramentas são vendidas às correspondentes montadoras e registradas na rubrica Receita com Vendas. Em 2013 foram faturados os projeto HB Hyundai e Etios Toyota. Para o ano seguinte, novos ciclos de projetos e terão sua produção iniciada.

A rubrica de adiantamentos a fornecedores externos refere-se à antecipação para construção de ferramenta para revenda. Os adiantamentos a fornecedores nacionais referem-se compra de componente e matérias-prima.

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao seu valor de realização, esses valores estão considerados na Provisão para obsolescência, sendo R$ 0 em 2013 e R$ 167 em 2012.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Circulante				
IR retido s/aplicações financeiras	1.650	1.477	1.650	1.477
IRPJ antecipado	-	-	21	344
Saldo credor de IPI	2.558	2.313	2.558	2.313
ICMS ST a recuperar	208	209	208	209
CSLL s/serviço a compensar	502	376	502	376
Pis/Cofins a compensar	269	280	269	280
Pis Semestralidade	-	9.091	-	9.091
ICMS s/aquisição de imobilizado	1.180	1.134	1.180	1.134
	6.367	14.880	6.388	15.224
Não Circulante				
ICMS s/aquisição de imobilizado	1.529	2.277	1.529	2.277

O crédito de PIS semestralidade foi utilizado mensalmente durante o exercício de 2013 para amortização de impostos da mesma natureza.

8 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Controladas e coligadas				
Controlada - Arteb USA Inc.	3.239	2.825	-	-
Coligada - Arteb/Aesa S/A	2.115	2.100	2.115	-
Coligada - Artcris Participações Ltda	29.477	-	29.477	-
Coligada - Arteb Shanghai Co. Ltd.	472	406	-	406
	35.303	5.331	31.592	406
Outros investimentos	24	24	24	24
Terrenos	14.831	14.831	14.831	14.831
	14.855	14.855	14.855	14.855
	50.158	20.186	46.447	15.261

A rubrica Terrenos registrada no valor de R$14.831 em 2013 e 2012, corresponde a três áreas localizadas na Rodovia Presidente Dutra, km 172, na cidade de Jacareí-SP, abrangendo uma área total de 1.310.000 m², os quais foram recebidos na integralização de capital em 1º de março de 2001. Os valores contábeis dos referidos terrenos foram registrados, no momento da aquisição, a valor de mercado, tendo como base laudo de avaliação da empresa Planear Projetos e Empreendimentos Ltda., especializada emitido em Março de 2007. Para o exercício de 2013, a Administração revisou o valor de mercado dessas áreas junto à empresa responsável pela emissão do referido laudo e concluiu que não houve desvalorização em seu valor de mercado. De acordo com as novas projeções da empresa responsável, o valor de mercado atual corresponde a aproximadamente R$ 22.762.

As mutações do investimento na controladora são compostas pelas seguintes movimentações:

	Arteb Aesa S/A	**Arteb USA Inc.**	**Arturville**	**Arteb Shanghai Co. Ltd**	**Artcris Participações**	**Total**
Quantidade de ações / quotas emitidas	1.796	1.140	-	491	127.014	
Quantidade de ações quotas possuídas em 31-12-2013	898	1.140	-	491	70.570	
Quantidade de ações possuídas em 31-12-2012	898	1.140	-	-	-	
Participação no capital - %	50	100	-	100	55,6	
Capital social em 31-12-2013	1.796	2.672	-	491	127.014	
Capital social em 31-12-2012	1.796	2.331	-	-	-	
Patrimônio líquido em 31-12-2013	4.229	3.239	-	472	53.055	
Patrimônio líquido em 31-12-2012	4.201	2.825	-	-	-	
Lucro(prejuízo) em 2013	28	-	-	(19)	(18)	
Lucro(prejuízo) em 2012	101	10	-	-	-	
Resultado de equivalência em 2013	14	-	-	67	(41.092)	(41.011)
Resultado de equivalência em 2012	51	10	(24)	-	-	37
Valor do investimento em 31-12-2013	2.115	3.239	-	472	29.477	35.303
Valor do investimento em 31-12-2012	2.100	2.825	-	406	-	5.331
Total do ativo em 31-12-2013	4.383	3.239	-	1.334	103.946	
Total do ativo em 31-12-2012	4.356	2.833	59.517	-	-	
Total da receita em 31-12-2013	40	49	-	-	56	
Total da receita em 31-12-2012	135	41	-	-	-	

Em 11 de dezembro de 2013, a Companhia adquiriu 55,5605% do patrimônio líquido da empresa ARTCRIS PARTICIPAÇÕES LTDA, que correspondentes a 70.570.000 quotas, em moeda corrente: R$ 70,6 milhões, mediante a conferência do imóvel localizado na Avenida Piraporinha, 1158, no Município de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, registrado na matricula 73871 no 1º cartório de registro de imóveis desta cidade.

A Artcris Participações Ltda tem como objeto social a participação societária e administração e comercialização de bens próprios e foi consolidada proporcionalmente em função do percentual de participação que a Arteb possui, conseqüentemente, não há destaque para participações de minoritários nas demonstrações contábeis.

9 Imobilizado

a. Composição

	Controladora e Consolidado				
	2013				2012
	Taxa média % depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		24.938	-	24.938	44.586
Edificações	1,72 a 4	24.956	(9.985)	14.971	15.661
Máquinas e equipamentos	4,76 a 33	119.306	(71.770)	47.536	24.364
Máquinas e equipamentos - Reavaliação	4,76 a 33	13.633	(10.159)	3.474	4.255
Ferramentas e dispositivos	10	29.232	(19.563)	9.669	10.710
Instalações	10	12.862	(7.229)	5.633	2.659
Móveis e utensílios	10	5.059	(4.253)	806	852
Veículos	20	2.448	(1.278)	1.170	1.597
Equipamentos de computação	20	5.937	(5.529)	408	504
Fornos	20	4.564	(4.564)	-	-
Outros	20	2.279	(1.542)	737	1.482
Lei 8200 - IPC 1990	10 e 20	6.823	(6.823)	-	-
Encargos financeiros sobre financiamentos de ativo imobilizado	4 e 10	24.719	(23.488)	1.231	1.343
Imobilizado - custo em formação		4.611	-	4.611	31.500
Adiantamentos a fornecedores		1.212	-	1.212	2.037
Provisão para baixa de imobilizado		(2.075)	-	(2.075)	(2.075)
		280.504	(166.183)	114.321	139.475

b. Movimentação

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2012	**Adições**	**Baixas**	**Transferencias**	**31/12/2013**
Movimentação do Custo					
Terrenos	44.586	-	(19.648)	-	24.938
Edificações	24.956	-	-	-	24.956
Máquinas e equipamentos	89.798	1.165	(3)	28.346	119.306
Máquinas e equipamentos - Reavaliação	13.633	-	-	-	13.633
Ferramentas e dispositivos	28.446	948	(233)	71	29.232
Instalações	9.243	-	-	3.619	12.862
Móveis e utensílios	4.945	96	(20)	38	5.059
Veículos	2.964	307	(823)	-	2.448
Equipamentos de computação	5.803	113	(18)	39	5.937
Fornos	4.564	-	-	-	4.564
Outros	2.770	604	(1.095)	-	2.279
Lei 8200 - IPC 1990	6.823	-	-	-	6.823
Encargos financeiros sobre financiamentos de ativo imobilizado	24.719	-	-	-	24.719
Imobilizado - custo em formação	31.500	5.224	-	(32.113)	4.611
Adiantamentos a fornecedores	2.037	1.540	(2.365)	-	1.212
Provisão para baixa de imobilizado	(2.075)	-	-	-	(2.075)
	294.712	9.997	(24.205)	-	280.504

Movimentação da Depreciação	**31/12/2012**	**Adições**	**Baixas**	**Transferencias**	**31/12/2013**
Edificações	(9.295)	(690)	-	-	(9.985)
Máquinas e equipamentos	(65.434)	(6.337)	1	-	(71.770)
Máquinas e equipamentos - Reavaliação	(9.378)	(781)	-	-	(10.159)
Ferramentas e dispositivos	(17.736)	(1.870)	43	-	(19.563)
Instalações	(6.584)	(645)	-	-	(7.229)
Móveis e utensílios	(4.093)	(163)	3	-	(4.253)
Veículos	(1.367)	(551)	640	-	(1.278)
Equipamentos de computação	(5.299)	(240)	10	-	(5.529)
Fornos	(4.564)	-	-	-	(4.564)
Outros	(1.288)	(472)	218	-	(1.542)
Encargos financeiros sobre financiamentos de ativo imobilizado	(23.376)	(112)	-	-	(23.488)
Lei 8200 - IPC 1990	(6.823)	-	-	-	(6.823)
	(155.237)	(11.861)	915	-	(166.183)

Amortização da reavaliação

A promulgação da Lei 11.638 de 2007, que promoveu alterações na Legislação Societária Brasileira, consequentemente, nas práticas contábeis adotadas no Brasil, menciona não mais ser permitida a reavaliação espontânea de bens. A Administração da Companhia optou por manter registrada a reavaliação constituída até 31 de dezembro de 2007, até que ocorra sua total realização, por alienação ou depreciação, passando o saldo registrado em 31 de dezembro de 2007, a vigorar como novo custo corrigido dos bens.

10 Intangível

a. Composição do Intangível

	Controladora e Consolidado					
	2013					2012
	Taxa de amortização	Custo	Amortização	Reversão	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	-	15	-	-	15	15
Software	20	6.577	(6.010)	-	567	952
Software - custo em formação	-	96	-	-	96	293
Projetos em desenvolvimento	20	91.312	(65.506)	-	25.806	31.400
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Marca Arteb	-	215.506	-	(215.506)	-	215.506
		313.506	(71.516)	(215.506)	26.484	248.166

b. Movimentação do intangível

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2013
Movimentação do Custo					
Marcas e Patentes	15	-	-	-	15
Software	6.333	47	-	197	6.577
Software - custo em formação	293	-	-	(197)	96
Projetos em desenvolvimento	91.393	4.302	(4.383)	-	91.312
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Marca Arteb	215.506	-	(215.506)	-	-
	313.540	4.349	(219.889)	-	98.000

Movimentação da Amortização	31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2013
Software	(5.381)	(629)	-	-	(6.010)
Projetos em desenvolvimento	(59.993)	(5.513)	-	-	(65.506)
	(65.374)	(6.142)	-	-	(71.516)
	248.166	(1.793)	(219.889)	-	26.484

A rubrica *Software* - Custo em formação, registrada no valor de R$ 96 (R$ 293 em 2012) está representada por gastos incorridos com a aquisição de novos softwares. Nos exercícios de 2007 e 2011 a Companhia investiu fortemente em um novo sistema integrados ERP, apto para se adequar ao Sped Fiscal, Contábil e de PIS/Cofins e Nota Fiscal Eletrônica.

A rubrica Projetos em desenvolvimento registrada no valor de R$ 25.806 (R$ 31.400 em 2012), é composta substancialmente, a projetos em desenvolvimento relacionados com os futuros lançamentos de veículos pelas montadoras, cuja viabilidade técnica e comercial possibilita a recuperação desses investimentos. O prazo de maturação é em média de dois anos, sendo amortizados em cinco anos, que é o tempo médio de permanência de produção de um veículo pelas montadoras.

Em 3 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou a reavaliação da marca Arteb, conforme estudo e relatório de avaliação econômica elaborado pela empresa especializada Consult Engenharia e Avaliação. Com base no laudo emitido pela respectiva empresa, a marca foi avaliada e registrada no valor de R$ 215.506, tendo como premissas projeções das demonstrações de resultado e fluxos de caixa, do período de dezembro de 2010 a dezembro de 2014. Porém, apesar da relevância do valor da marca, a Companhia optou por baixá-la de seus registros, durante o exercício de 2013, como forma de ater-se a norma contábil específica que não permite seu reconhecimento nos livros contábeis (Ativo Intangível e Patrimônio Liquido). Cabe ressaltar que a Companhia também entende que esse valor foi determinado por critérios técnicos de avaliação e que, do ponto de vista puramente econômico, seus relatórios financeiros devem ser analisados e avaliados considerando-se a existência desse valor em seus ativos operacionais.

11 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
No país	28.888	29.688	28.888	29.696
No exterior	8.348	14.997	8.348	14.997
Partes relacionadas no país	6.685	6.193	6.685	6.193
	43.921	50.878	43.921	50.886

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota 26.

12 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa 26.

	Controladora e Consolidado					
			2013		2012	
	Taxa de juros	**Vencto**	**Curto prazo**	**Longo prazo**	**Curto prazo**	**Longo prazo**
Leasing financeiro	1,10 a 1,40%am	jan/17	3.727	5.274	4.583	8.780
Capital de Giro	CDI + 0,60 a 0,80%am	mar/17	40.154	28.748	30.498	21.282
Capital de Giro	TR + 0,50% am	fev/15	-	-	1.282	1.499
Capital de Giro	1% am + TR	abr/13	-	-	648	-
Interpart	0,80% a.m.	out/19	5.340	25.363	15.796	-
BNDES	5% aa spread + UMBND e TJLP	jan/07	78.530	-	70.893	-
Total Geral			127.751	59.385	123.700	31.561

Os financiamentos estão garantidos por hipoteca de imóveis, avais da controladora Artur Eberhardt S.A., acionistas, duplicatas e máquinas e equipamentos.

O montante de R$ 78.530 (R$ 70.893 em 2012), referente às parcelas de empréstimo e

financiamento vencido até 31 de dezembro de 2013 junto ao BNDES, foi atualizado monetariamente de acordo com as disposições contratuais.

Não há cláusulas contratuais que prevêem compromissos de índices financeiros ("covenants").

Litígios em andamento relacionados às Instituições Financeiras
Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento total consolidado da Companhia representa R$ 187.136 (R$ 155.261 em 2012), sendo que aproximadamente 42% deste montante R$ 78.530 (R$ 70.893 em 2012) são devido ao BNDES.

A Companhia homologou acordo de negociação da dívida com a Massa Falida de Banco Interpart, onde está será paga em 86 parcelas, com vencimento final em 20 de outubro de 2019.

O endividamento de longo prazo encontra-se assim representado:

	Controladora e Consolidado	
Ano de amortização:	**2013**	**2012**
2014	-	21.967
2015	22.782	7.667
2016	18.218	1.927
2017	7.018	-
2018	6.194	-
2019	5.173	-
	59.385	31.561

13 Encargos sociais a recolher

a. Composição

	Controladora e Consolidado				
	2013				2012
	À vencer	**Vencido**	**Juros**	**Total**	**Total**
INSS a recolher	1.019	10.633	6.410	18.062	27.764
FGTS a recolher	701	-	-	701	629
IRRF a recolher	777	-	-	777	774
Outros a recolher	254	-	-	254	204
	2.751	10.633	6.410	19.794	29.371

Os encargos vencidos estão atualizados de acordo com os acréscimos legais determinados pelos Órgãos

Públicos.

b. Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2012	**Adição**	**Pagamento**	**Juros**	**Transferência Parcelamento**	**31/12/2013**
INSS	27.764	12.438	(11.931)	3.206	(13.415)	18.062
FGTS	629	5.843	(5.771)	-	-	701
IRRF	774	5.505	(5.502)	-	-	777
Outros	204	1.393	(1.343)	-	-	254
	29.371	25.179	(24.547)	3.206	(13.415)	19.794

14 Impostos taxas e contribuições a recolher

a. Composição

	2013				**2012**
	À vencer	**Vencido**	**Juros**	**Total**	**Total**
ICMS a recolher	992	3.000	309	4.301	1.145
Pis e Cofins a recolher	138	-	-	138	34.506
IPTU a recolher	-	1.311	141	1.452	4.725
Contrib. Prev. s/Receita a recolher	243	1.524	357	2.124	545
Outros impostos (retidos)	470	-	-	470	218
	1.843	5.835	807	8.485	41.139

Os impostos vencidos estão atualizados de acordo com os acréscimos legais determinados pelos Órgãos

b. Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2012	**Adição**	**Pagamento**	**Juros**	**Transferência Parcelamento**	**31/12/2013**
ICMS a recolher	1.145	9.520	(1.272)	3.774	(8.866)	4.301
Pis e Cofins a recolher	34.506	2.236	(3.204)	8.035	(41.435)	138
IPTU a recolher	4.725	2.156	(845)	592	(5.176)	1.452
Contrib. Prev. s/Receita a recolher	545	4.436	(3.203)	346	-	2.124
Outros impostos (retidos)	218	2.465	(2.213)	-	-	470
	41.139	20.813	(10.737)	12.747	(55.477)	8.485

A Medida Provisória nº 627 ("MP 627/13"), publicada em 12 de novembro de 2013, alterou diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais se incluem (i) a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e (ii) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

Com base em sua redação atual, a Companhia entende que não há ajustes relevantes decorrentes da MP 627/13 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. A regra geral estabelecida pela MP 627/13 é que a sua entrada em vigor ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2015, exceto se houver opção do contribuinte pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014 (a forma de exercício dessa opção ainda carece de regulamentação).

A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

A Administração está avaliando os possíveis impactos decorrentes deste assunto, mas não espera efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras, devido a ausência de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no período de 1º de janeiro de 2008 até 31 de dezembro de 2013.

15 Impostos parcelados

a. Composição

		Controladora e Consolidado			
		2013		2012	
	Vencimento Final	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
REFIS	2.024	12.649	122.053	11.295	117.931
ICMS	2.017	10.550	29.606	9.098	25.462
Cofins	2.018	7.005	27.438	-	-
PIS	2.018	1.282	5.019	-	-
INSS	2.018	2.822	9.453	-	-
IPTU	2.018	1.985	4.376	1.168	1.281
		36.293	197.945	21.561	144.674

Os impostos parcelados estão atualizados de acordo com os acréscimos legais determinados pelos Órgãos Públicos.

b. Movimentação

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2012	**Novo Parcelamento**	**Pagamento**	**Juros**	**31/12/2013**
REFIS	129.226	9.954	(11.993)	7.515	134.702
ICMS	34.560	14.054	(9.191)	733	40.156
Cofins	-	35.027	(584)	-	34.443
PIS	-	6.408	(107)	-	6.301
INSS	-	13.415	(1.789)	649	12.275
IPTU	2.449	5.176	(1.267)	3	6.361
	166.235	84.034	(24.931)	8.900	234.238

16 Adiantamentos de clientes

	Controladora e Consolidado	
	2013	**2012**
Adiantamentos de clientes - No país	15.638	12.561
Adiantamentos de clientes - No exterior	122	830
Adiantamentos de clientes - Partes relacionadas	113	13
	15.873	13.404

Os valores de adiantamento de cliente nacional referem-se a adiantamentos concedidos por montadoras para construção de ferramentais de novos produtos.

17 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, apoiada em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado	
	2013	**2012**
Trabalhistas	5.905	5.278
Cíveis	7.736	7.736
Tributárias		
Estadual	39.602	21.030
Federal	37.949	37.149
(-) Depósitos judiciais vinculados aos processos	(11.520)	(8.112)
	79.672	**63.081**

A movimentação da rubrica durante o exercício (liquida dos depósitos judiciais) ocorreu da seguinte maneira:

	31/12/2012	**Adições**	**Multa e Juros**	**Baixas**	**31/12/2013**
Trabalhistas	5.278	3.500	-	(2.873)	5.905
Cíveis	7.736	-	-	-	7.736
(-) Depósitos judiciais	(8.112)	(3.408)	-	-	(11.520)
	(376)	(3.408)	-	-	(3.784)
Tributárias					
Estadual	21.030	16.275	4.360		41.665
Federal	37.149	-	2.235	(3.498)	35.886
	58.179	16.275	6.595	(3.498)	77.551
	63.081	**16.367**	**6.595**	**(6.371)**	**79.672**

As provisões foram constituídas principalmente sobre os seguintes assuntos:

Contingências fiscais

- Contingências de ICMS e IPI referentes à obrigação legal desses tributos, devidamente acrescidos de multa e juros (Selic) desde a data da compensação dos mesmos, com créditos tributários extemporâneos, compensações as quais foram suportadas por opinião dos assessores jurídicos, os quais entendem como provável a probabilidade de ganho das ações impetradas.

- Contingência de PIS/COFINS referente às compensações com os créditos extemporâneos de ICMS e IPI, mencionados no parágrafo acima.

A administração acredita que o desfecho destas questões, caso seja desfavorável, hipótese bem remota, não produzirá efeito relevante nas provisões constituídas.

Adicionalmente, a Companhia é parte em diversos outros processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira, bem como no resultado de suas operações.

A Empresa tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível que, em 31 de dezembro de 2013, somavam R$ 139.110 (R$ 256.221) dos quais tratam-se, principalmente, de processos tributários e que são periodicamente reavaliados pela administração, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

18 Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas são demonstrados a seguir:

	Controladora					
	Circulante		Não circulante		Receitas (Despesas)	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
Ativo/Receitas						
Artur Eberhardt S/A						
Contas corrente	-	-	962	962	-	-
Eberpar Empreebdimentos Imobiliários Ltda						
Contas corrente	-	-	26.358	25.158	-	-
Arteb Shanghai Co Ltd						
Contas corrente	-	-	809	67	-	-
Arteb Faróis e Lanternas S/A						
Contas corrente	-	-	461	10.995	-	-
Contas a receber de clientes (nota 5)	7.380	12.453	-	-	-	-
Devolução de clientes (nota 5)	(67)	(91)	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores (nota 6)	393	1.800	-	-	-	-
Receitas operacionais brutas	-	-	-	-	21.211	16.501
Sian - Sist. Iluminação Autom. Nordeste Ltda						
Contas corrente	17	12	-	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 5)	1.574	1.604	-	-	-	-
Receitas operacionais brutas	-	-	-	-	4.357	4.632
	9.297	15.778	28.590	37.182	25.568	21.133

Passivo/Custos e despesas	Circulante		Não circulante		Receitas (Despesas)	
Arteb Faróis e Lanternas S/A	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
Fornecedores (nota 11)	6.685	6.193	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes (nota 16)	67	13	-	-	-	-
Deduções/impostos/custos	-	-	-	-	(19.584)	(14.730)
Sian - Sist. Iluminação Autom. Nordeste Ltda						
Conta corrente	-	-	14.109	6.700	-	-
Adiantamentos de clientes (nota 16)	46	-	-	-	-	-
Deduções/impostos/custos	-	-	-	-	(1.189)	(1.697)
Artil / Aesa / Tocantins						
Conta corrente	-	-	4	31	-	-
Artcris						
Conta corrente	-	-	1.952	1.952	-	-
Eberpar Empreendimentos Imobiliários Ltda						
Contas corrente	-	-	3.743	-	-	-
Palmas Participações Ltda						
Conta corrente	-	-	7.700	7.700	-	-
Arteb USA Inc						
Contas correntes	-	-	2.882	2.466	-	-
Comissões a pagar	325	322	-	-	-	-
	371	322	30.390	18.849	(20.773)	(16.427)

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante e nas receitas operacionais referem-se substancialmente à receita com prestação de serviços operacionais e administrativos. Essas transações observaram as condições usuais de mercado.

19 Remuneração da diretoria

Em 2013, a remuneração da diretoria e conselho de administração foi fixada nas mesmas bases do exercício 2012, conforme ata de assembléia ordinária aprovada em 21 de maio de 2013.

20 Patrimônio líquido

O capital social subscrito e integralizado está representado por 51.390.057 (51.390.057 em 2012) de ações escriturais, sem valor nominal, formado, na sua totalidade, por ações ordinárias nominativas. A composição societária da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	Quantidade de Ações	**Valor**
Arthur Eberhardt S/A	22.729.245	106.109
Aesa Participações Ltda.	15.064.456	70.326
Tocantins Participações S/C Ltda.	13.596.351	63.473
Outros	5	1
	51.390.057	239.909

Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro do exercício, quando aplicável.

A Companhia efetuou o registro da avaliação Patrimonial da marca Arteb, no valor de R$215.506, na rubrica Ajuste de Avaliação patrimonial, conforme descrito na nota explicativa nº10.

21 Receita operacional

As receitas de vendas estão sendo apresentados líquidos dos impostos, abatimentos, devoluções, comissões e royalties sobre vendas.

As conciliações desses valores estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2013	**2012**
Receita operacional bruta	**487.968**	**421.730**
Impostos e contribuições	(126.935)	(101.344)
Devoluções e abatimentos	(13.908)	(13.716)
Royalts e comissões	(3.292)	(1.958)
Receita operacional líquida	**343.833**	**304.712**

22 Custos dos produtos vendidos

	Controladora e Consolidado	
	2013	**2012**
Custos da vendas de produtos industrializados	292.606	248.508
Custos da revenda de ferramental	21.255	18.097
Custos da revenda de insumos	6.434	4.224
Custos da venda de serviços	4.376	1.207
Total	324.671	272.036

23 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Despesas com serviços de terceiros	17.560	13.129	17.560	13.129
Despesas com pessoal	10.225	11.538	10.225	11.538
Despesas com impostos e taxas	2.693	2.410	2.693	2.410
Despesas com propaganda e publicidade	-	1.485	-	1.485
Despesas com depreciação	1.381	1.511	1.381	1.511
Outras despesas	469	3.413	518	3.451
Total	32.328	33.486	32.377	33.524

24 Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	2013	**2012**
Despesas com transporte mercadorias	5.397	3.713
Despesas com pessoal	2.867	3.699
Depreciação	98	140
Outras despesas	860	1.298
	9.222	8.850

25 Outras (despesas) receitas operacionais

	Controladora e Consolidado	
	2013	**2012**
Reversões de créditos extemporâneos	1.021	30.509
Outras receitas (despesas) operacionais	1.845	3.703
Créditos extemporâneos de PIS	-	9.091
Resultado na venda/baixa de ativo imobilizado	50.893	-
Alugueis recebidos	1.874	922
Royalties recebidos	116	58
Recebimento de indenização	-	1.928
Ganho (Perda) com alienação de investimentos	-	80
Refis Remanescente	(9.954)	-
Provisão para contingências	(3.500)	(687)
Despesas indedutíveis	(314)	(6.253)
	41.981	39.351

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Despesas Financeiras:				
Juros - Capital de giro	(9.494)	(4.784)	(9.494)	(4.784)
Juros - BNDES	(3.324)	(3.196)	(3.324)	(3.196)
Juros - Interpart	(17.171)	(46)	(17.171)	(46)
Juros - Leasing financeiro	(953)	(625)	(953)	(625)
Juros - Mutuo	(584)	-	(584)	-
Juros - Impostos parcelados	(8.900)	(9.352)	(8.900)	(9.352)
Acrescimos legais s/impostos e contingências fiscais	(23.419)	(11.955)	(23.419)	(11.955)
IOC sobre empréstimos	(990)	(715)	(990)	(715)
Outras despesas financeiras	(967)	(555)	(967)	(555)
Variação cambial passiva - BNDES	(8.258)	(5.880)	(8.258)	(5.880)
Variação cambial passiva - operação	(5.596)	(3.823)	(5.596)	(3.823)
	(79.656)	(40.931)	(79.656)	(40.931)
Receitas Financeiras:				
Rendimento sobre aplicação financeira	82	250	82	250
Descontos obtidos	391	193	391	193
Outras despesas financeiras	675	32	724	141
Reversão de encargos sobre contingências fiscais	-	15.979	-	15.979
Variação cambial ativa - BNDES	3.952	3.587	3.952	3.587
Variação cambial ativa - operação	3.980	2.185	3.980	2.185
	9.080	22.226	9.129	22.335
	(70.576)	**(18.705)**	**(70.527)**	**(18.596)**

27 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco de moeda

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil		Valor contábil	
	Nota	2013	2012	2013	2012
Contas a receber de clientes	5	29.467	32.481	29.467	32.481
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.749	1.066	6.250	1.136
Adiantamentos a fornecedores	6	8.238	7.176	8.238	7.176
Outros créditos		3.488	7.772	3.575	7.773
Contas corrente - Parte Relacionada	18	28.607	37.194	27.798	38.984
		75.549	85.689	75.328	87.550

Contas a receber de clientes

A Companhia possui concentração de suas operações fornecendo produtos para todas as montadoras instaladas do país. Em 2013 as receitas brutas reconhecidas para esses clientes foram de R$ 407.355 (R$ 355.870 em 2012), ou seja, 83,4% do total de receitas da Companhia. A continuidade das suas operações dependente da manutenção dos contratos com esses clientes, geograficamente localizado no Brasil.
As montadoras vêm operando com a Companhia há mais de 15 anos, e historicamente nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para estes clientes.

Adiantamento a fornecedores

A Companhia acompanha o desenvolvimento dos projetos e execução pelos fornecedores, e a situação financeira dos mesmos para garantir a entrega do serviço contratado e realização do ativo.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa R$ 5.749 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 1.066 em 2012) e no consolidado R$ 6.250 (R$ 1.136 em 2012), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituição financeira de baixo risco.

Carta de fiança bancária e seguro garantia

A Companhia não tem carta de fiança bancária e seguro garantia na data 31 de dezembro 2013.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

Controladora e Consolidado

31 de dezembro de 2013	**Valor Contábil**	**2 meses ou menos**	**3-12 Meses**
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	43.921	37.236	6.685
Empréstimos	49.221	9.387	39.834

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas e compras denominadas em uma moeda diferente da sua respectiva moeda funcional o Real (R$). As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro. A Companhia não possui contratos de hedge.

Exposição a moeda estrangeira

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia fornecida pela Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco.

Segue demonstrativo da exposição total em 31 de dezembro de 2013:

		Consolidado e Consolidado			
	Moeda		**2013**		**2012**
Clientes no exterior	USD	USD	326		498
Fornecedores no exterior	USD	USD	3.563		7.339
Empréstimos BNDES (cesta de moedas)	UMBND	R$	35.238	R$	29.475

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

Moeda	**2013**	**2012**
USD	2,3426	2,0435
Euro	3,2265	2,6954
Yen	0,022330	0,023720
UMBND	0,045753	0,040088

Conforme demonstrado, os efeitos da exposição de moeda estrangeira são mínimos, pois as transações da Companhia e sua controlada resumem na importação de insumos para industrialização e exportação de sistemas de iluminação automotiva para o mercado sul-americano. Com exceção ao empréstimo do BNDES atrelado a cesta de moedas (UMBND), que se encontra em negociação junto à instituição financeira.

A receita de exportação 100% é da controlada, em 2013 o faturamento foi de R$ 3.158 (R$ 3.216), que representa 0,76% da receita bruta consolidada.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2013 o único instrumento financeiro suscetível a variação por taxa de juros, aplicação financeira e empréstimos concedidos (notas explicativas nº 4 e nº 12).

Valor justo contra valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros juntamente com os valores apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	Controladora			
	2013		2012	
Ativos	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**
Caixa, depósitos a vista e numerário em transito	327	327	1.066	1.066
Aplicações financeiras	5.422	5.422	-	-
Contas a receber de clientes	20.580	20.580	18.515	18.515
Contas a receber a partes relacionadas	8.887	8.887	13.966	13.966
	35.216	35.216	33.547	33.547
Passivos				
Financiamentos e empréstimos	187.136	187.136	155.261	155.261
Fornecedores	37.236	37.236	44.685	44.685
Contas a pagar a partes relacionadas	6.685	6.685	6.193	6.193
	231.057	231.057	206.139	206.139

	Consolidado			
	2013		2012	
Ativos	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**
Caixa, depósitos a vista e numerário em transito	828	828	1.136	1.136
Aplicações financeiras	5.422	5.422	-	-
Contas a receber de clientes	20.580	20.580	18.515	18.515
Contas a receber a partes relacionadas	8.887	8.887	13.966	13.966
	35.717	35.717	33.617	33.617
Passivos				
Financiamentos e empréstimos	187.136	187.136	155.261	155.261
Fornecedores	37.236	37.236	44.693	44.693
Contas a pagar a partes relacionadas	6.685	6.685	6.193	6.193
	231.057	231.057	206.147	206.147

As aplicações financeiras em CDBs possuem liquidez diária e, portanto a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

Para os empréstimos e financiamentos a Companhia entende que o valor justo corresponde ao seu valor contábil. Os mesmos foram contabilizados pelos valores originais contratados; os juros são apropriados mensalmente na contabilidade; e são representados por operações cuja liquidação pode ser efetuada a qualquer momento pelo valor contábil sem ônus.

28 Avais e fianças prestadas

A Companhia é fiadora e depositária da Companhia Arteb Faróis e Lanternas S.A. no contrato firmado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) no valor de R$ 2.055 (R$ 14.425 em 2012), referente ao financiamento da unidade do complexo automotivo de Gravataí - RS e de Diadema - SP.

29 Prejuízos fiscais

A Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

- Prejuízos fiscais apurados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totalizam R$ 197.189 (R$ 223.118 em 2012)
- Base negativa de contribuição social R$ 274.981 (R$ 212.535 em 2012)

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributários anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

* * *

Diretoria

Ari Luiz Cagiali
Diretor Financeiro

Orlando Serrano
Contador CRC 1SP-155541/O-8